

Colegas,

Segue abaixo um primeiro ensaio para nossa discussão sobre representatividade no CNRH.

A proposta apresentada não representa verdades, crenças e nem preconceitos. Representa apenas o resultado de um GT formado em Minas Gerais, no âmbito do CERH-MG, para discutir o tema, a título de contribuição.

Por isso, batam devagar.

A proposta apresenta mais detalhes para os critérios de seleção de ONG's, pois a experiência de Minas Gerais indicava maior insegurança para esse setor. Ou seja, os representantes das ONG's solicitavam regras mais detalhadas.

Nesse contexto, reitero que não sou do setor, portanto posso estar transmitindo e multiplicando possíveis erros. De modo que, mais uma vez, batam devagar.

Quero aqui apresentar ainda algumas dúvidas que permaneceram em Minas Gerais e sobre as quais a proposta não trata, considerando, talvez, que estamos falando de um cenário nacional:

- I- relação entre poder público municipal e consórcios municipais de bacias;**
- II- relação entre empresas e suas associações, sindicatos, federações e instituições;**
- III- associações comerciais e associações de defesa social;**
- IV- associações técnicas e profissionais e associações ambientalistas;**
- V- associações de interesse local e associações de interesse difuso;**
- VI- usuários classificados como uso insignificante;**
- VII- exigência de outorga para empresas do setor industrial e de mineração e para os demais segmentos, tal como prefeitura municipal;**
- VIII- relação entre associações civis prestadoras de serviços aos comitês e ao mesmo tempo membros dos respectivos comitês.**

Quero ainda deixar bem claro, para evitar usos futuros, que esta proposta é uma colaboração pessoal, não é, portanto, uma proposta da indústria, sequer uma proposta da representante da indústria no CNRH.

**Abs,
Patrícia Boson**

RESOLUÇÃO Nº , de 2005

MINUTA – VERSÃO 0

Define critérios para a indicação dos representantes, titulares e suplentes, dos usuários de recursos hídricos e das organizações civis de recursos hídricos, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, no uso de suas atribuições legais, especialmente o §1º, art.4º, Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, que trata do Regimento Interno do CNRH;

Considerando o disposto no art. 2º, incisos VI e VII, §§ 3º ao 5º, do Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, que regulamenta o CNRH e ainda os incisos VIII e IX, §§ 3º, 5º e 6º, art. 4º, Portaria nº 377;

Considerando que a Lei nº 9.433, de 1997, que determina a gestão dos recursos hídricos de forma descentralizada e participativa e assim, no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas, garante a participação dos usuários de recursos hídricos e das organizações de recursos hídricos diretamente envolvidos com as questões de gestão de recursos hídricos nas suas respectivas bacias hidrográficas; e,

Considerando que o CNRH, de acordo com a legislação vigente, se apresenta como órgão superior do sistema, com a função de formular política de recursos hídricos de âmbito nacional, e que portanto, seus membros devem ter respaldo representativo de mesmo nível,

RESOLVE:

Art. 1º A Secretaria Executiva do CNRH constituirá uma equipe para execução do processo de homologação e seleção dos representantes dos usuários de recursos hídricos.

§ 1º A equipe que se refere o *caput* deverá ser constituída dois meses antes do vencimento dos mandatos dos conselheiros, e ser composta por dois técnicos da Secretaria Executiva, que dará todo apoio à execução do processo de seleção, e será presidida e secretariada, respectivamente, por um representante legal titular e suplente, de cada segmento dos usuários, no CNRH.

§ 2º Para cada um dos 6 (seis) segmentos de representantes dos usuários - irrigantes, prestadores de serviço público de abastecimento e esgotamento sanitário, concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica, hidroviário e portuário, indústria e setor minerometalúrgico e pescadores e usuários de recursos hídricos com a finalidade de lazer e turismo - haverá um edital especificando o processo, de modo individualizado para cada segmento, que conterà as regras de convocação, seleção e homologação.

§ 3º Como diretrizes gerais, os critérios referidos no § acima, deverão ser uniformes para todos os segmentos, garantido-se as suas especificidades, e universais, de modo a dar ampla divulgação e participação em todo o território nacional e, sempre que possível, contar com a supervisão das entidades representativas de cada um dos segmentos com

abrangência nacional, tais como as Confederações Nacionais da Indústria, Agricultura, Transporte e Comércio – CNI, CNA, CNT e CNC.

§ 4º Dentre os critérios para convocação, seleção e homologação dos representantes de usuários deverá ser exigido, quando couber, comprovante de compromisso e regularização com a política e os instrumentos de gestão do meio ambiente e de recursos hídricos.

Art. 2º A Secretaria Executiva do CNRH constituirá uma equipe para execução do processo de homologação e seleção dos representantes das organizações civis de recursos hídricos.

§ 1º A equipe que se refere o *caput* deverá ser constituída dois meses antes do vencimento dos mandatos dos conselheiros, e ser composta por dois técnicos da Secretaria Executiva, que dará todo apoio à execução do processo de seleção, e será presidida e secretariada, respectivamente, por um representante legal titular e suplente, de cada segmento das organizações civis de recursos hídricos, no CNRH.

§ 2º Para cada um dos 3 (três) segmentos de representantes das organizações civis de recursos hídricos – comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, organizações técnicas de ensino e pesquisa e organizações não-governamentais com objetivos, interesses e atuação comprovada na área de recursos hídricos - haverá um edital especificando o processo, de modo individualizado para cada segmento, que conterà as regras de convocação, seleção e homologação.

§ 3º Como diretrizes gerais, os critérios referidos no § acima deverão ser uniformes para todos os segmentos, garantido-se as suas especificidades, e universais, de modo a dar ampla divulgação e participação em todo o território nacional.

§ 4º Para a seleção dos representantes de comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, todo o processo deverá ser feito de forma articulada com o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, e se possível contar com a sua supervisão.

§ 5º Para a seleção dos representantes de organizações técnicas de ensino e pesquisa todo o processo deverá observar pelo menos três dos seguintes critérios de seleção:

- I- a existência de documento que comprove que a associação civil esteja regularmente constituída há mais de cinco anos;
- II- a existência de documentação que comprove atuação na área de ensino e pesquisa em recursos hídricos ou educação ambiental, há pelo menos cinco anos, através de projetos, programas, estudos e publicações;
- III- a existência de documento que comprove a existência, na sua estrutura organizacional, de grupos técnicos permanentes de trabalho, ou comissões técnicas especializadas, ou câmaras técnicas, estritamente relacionadas com hidráulica ou gestão de recursos hídricos;
- IV- a existência de documento que comprove o envolvimento de número significativo de seus membros associados em trabalhos técnicos de amplitude na área da hidráulica ou recursos hídricos;

- V- a existência de documento que comprove que a associação civil promove encontros técnicos, seminários ou simpósios para capacitação e o desenvolvimento da temática gestão de recursos hídricos de abrangência nacional ou estadual.

§ 6º Para a seleção dos representantes de organizações não-governamentais com objetivos, interesses e atuação comprovada na área de recursos hídricos todo o processo deverá ser feito de forma articulada com o Fórum Nacional de Organizações Cívicas (?), observando-se os seguintes critérios de seleção:

- I- ser legalmente constituídas a mais de 5 anos e apresentar seu estatuto, devidamente registrado, com demonstração de sua vinculação à área ambiental e de recursos hídricos e ainda comprovação de cadastro no CNEA(?);
- II- apresentar documento comprovando que a associação promove encontros e seminários, e publica periódicos e notas técnicas para a capacitação, difusão e o desenvolvimento da temática da gestão dos recursos hídricos com abrangência nacional.

Art. 3º É vedada a habilitação de organizações e entidades, que representem usos e usuários de recursos hídricos, para representação de cada um dos 3 (três) segmentos de representantes das organizações cívicas de recursos hídricos, exceto quando se tratar de usos e usuários insignificantes.